



TESOURO NACIONAL

RTN
2021

Dezembro

Publicado em
28/01/2022

Resultado do Tesouro Nacional

Boletim – Vol. 27, N.12

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretária Especial Substituta do Tesouro e Orçamento

Júlio Alexandre Menezes da Silva

Secretário do Tesouro Nacional

Paulo Fontoura Valle

Subsecretários

Adriano Pereira de Paula

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Otávio Ladeira de Medeiros

Paula Bicudo de Castro Magalhães

David Rebelo Athayde

Pricilla Maria Santana

Waldeir Machado da Silva

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Guilherme Ceccato

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 27, n. 12 (Dezembro, 2021). –
Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Discriminação	Dezembro		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	161.483,8	211.544,6	50.060,8	31,0%	19,0%
2. Transf. por Repartição de Receita	29.829,1	38.226,3	8.397,1	28,2%	16,4%
3. Receita Líquida (I-II)	131.654,7	173.318,4	41.663,7	31,6%	19,6%
4. Despesa Total	175.787,5	159.494,6	-16.292,9	-9,3%	-17,6%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-44.132,8	13.823,8	57.956,6	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	-48.821,8	5.652,6	54.474,3	-	-
Resultado do Banco Central	104,6	142,5	37,9	36,2%	23,8%
Resultado da Previdência Social	4.584,4	8.028,7	3.444,3	75,1%	59,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	-48.717,2	5.795,1	54.512,2	-	-

Em dezembro de 2021, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 13,8 bilhões contra déficit de R\$ -44,1 bilhões em dezembro de 2020. Em termos reais, a receita líquida cresceu R\$ 28,4 bilhões (+19,6%), enquanto a despesa total apresentou redução de R\$ 34,0 bilhões (-17,6%), quando comparadas a dezembro de 2020.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		161.483,8	211.544,6	50.060,8	31,0%	33.814,0	19,0%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		89.793,6	114.904,4	25.110,8	28,0%	16.076,7	16,3%
1.1.1 Imposto de Importação		4.632,5	5.381,2	748,7	16,2%	282,6	5,5%
1.1.2 IPI		6.535,1	5.967,8	-567,3	-8,7%	-1.224,8	-17,0%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	39.170,5	53.974,3	14.803,8	37,8%	10.862,9	25,2%
1.1.4 IOF	2	2.184,9	5.692,9	3.508,0	160,6%	3.288,2	136,7%
1.1.5 COFINS	3	22.436,8	26.695,8	4.259,0	19,0%	2.001,6	8,1%
1.1.6 PIS/PASEP		6.038,9	7.332,4	1.293,5	21,4%	685,9	10,3%
1.1.7 CSLL		6.383,8	8.411,4	2.027,6	31,8%	1.385,3	19,7%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		51,7	276,6	224,9	435,2%	219,7	386,2%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		2.359,4	1.172,1	-1.187,4	-50,3%	-1.424,7	-54,9%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	-74,6	-74,6	-	-74,6	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS		57.033,5	63.579,1	6.545,6	11,5%	807,4	1,3%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		14.656,7	33.135,7	18.479,0	126,1%	17.004,4	105,4%
1.4.1 Concessões e Permissões	4	619,7	2.999,7	2.380,0	384,0%	2.317,7	339,8%
1.4.2 Dividendos e Participações	5	1.096,8	12.412,2	11.315,4	-	11.205,1	928,2%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.725,1	1.683,3	-41,8	-2,4%	-215,4	-11,3%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	6	3.052,6	5.294,5	2.241,9	73,4%	1.934,8	57,6%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.562,6	1.611,5	48,9	3,1%	-108,3	-6,3%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.856,8	3.397,5	540,7	18,9%	253,3	8,1%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		4,1	7,6	3,5	85,6%	3,1	68,6%
1.4.8 Demais Receitas	7	3.738,9	5.729,2	1.990,4	53,2%	1.614,2	39,2%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		29.829,1	38.226,3	8.397,1	28,2%	5.396,0	16,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	8	25.330,2	32.316,8	6.986,6	27,6%	4.438,1	15,9%
2.2 Fundos Constitucionais		488,6	300,7	-187,9	-38,5%	-237,1	-44,1%
2.2.1 Repasse Total		1.382,1	477,5	-904,5	-65,4%	-1.043,6	-68,6%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-893,5	-176,9	716,6	-80,2%	806,5	-82,0%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.051,1	1.347,0	295,9	28,1%	190,1	16,4%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	9	2.810,3	4.080,4	1.270,2	45,2%	987,4	31,9%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.6 Demais		149,0	181,4	32,4	21,8%	17,5	10,6%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		131.654,7	173.318,4	41.663,7	31,6%	28.417,9	19,6%
4. DESPESA TOTAL		175.787,5	159.494,6	-16.292,9	-9,3%	-33.978,8	-17,6%
4.1 Benefícios Previdenciários	10	52.449,1	55.550,4	3.101,2	5,9%	-2.175,7	-3,8%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	11	34.702,1	35.251,7	549,7	1,6%	-2.941,7	-7,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		52.397,5	21.596,2	-30.801,3	-58,8%	-36.073,0	-62,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	12	4.460,6	3.211,8	-1.248,8	-28,0%	-1.697,6	-34,6%
4.3.2 Anistiados		17,8	17,6	-0,2	-1,2%	-2,0	-10,2%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,4	0,0	-0,4	-100,0%	-0,5	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		52,2	49,3	-2,9	-5,5%	-8,1	-14,1%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		5.281,0	5.662,1	381,1	7,2%	-150,2	-2,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		4,1	7,6	3,5	85,6%	3,1	68,6%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	13	33.321,9	4.985,3	-28.336,6	-85,0%	-31.689,1	-86,4%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		651,6	476,8	-174,8	-26,8%	-240,4	-33,5%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		184,0	149,6	-34,4	-18,7%	-52,9	-26,1%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	14	713,4	2.572,9	1.859,5	260,7%	1.787,7	227,7%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		253,6	255,3	1,7	0,7%	-23,8	-8,5%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.962,3	1.884,2	-78,1	-4,0%	-275,5	-12,8%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	15	3.119,2	332,3	-2.786,9	-89,3%	-3.100,7	-90,3%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		351,4	247,4	-104,1	-29,6%	-139,4	-36,0%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		1.648,5	1.129,7	-518,8	-31,5%	-684,6	-37,7%
4.3.16 Transferências ANA		29,5	61,8	32,3	109,4%	29,3	90,2%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		129,4	107,1	-22,3	-17,2%	-35,3	-24,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		216,7	445,3	228,6	105,5%	206,8	86,7%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		36.238,7	47.096,3	10.857,6	30,0%	7.211,6	18,1%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		16.513,5	19.223,2	2.709,7	16,4%	1.048,3	5,8%
4.4.2 Discricionárias	16	19.725,3	27.873,1	8.147,9	41,3%	6.163,3	28,4%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-44.132,8	13.823,8	57.956,6	-	62.396,7	-

Nota 1 - Imposto sobre a Renda (R\$ +10.862,9 milhões / +25,2%): crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (+ R\$ 5.631,2 milhões / +19,5%) e no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 5.018,3 milhões / +50,4%). Em relação ao IRRF destacam-se: i) rendimentos do capital: acréscimos nominais de 49,91% na arrecadação do item “Fundos de Renda Fixa”, de 54,11% na arrecadação do item “Aplicação de Renda Fixa (PF e PJ)” e de 133,33% na arrecadação do item “Juros sobre Capital Próprio”; e ii) rendimentos de residentes no exterior: o resultado foi influenciado, principalmente, pelos acréscimos nominais de 23,32% na arrecadação do item “Juros sobre Capital Próprio”, de 144,42% na arrecadação do item “Rendimentos do Trabalho” e de 107,83% na arrecadação do item “aplicações Financeiras”. Já em relação ao IRPJ destacam-se: i) acréscimo real de 17,78% na arrecadação referente à estimativa mensal; e ii) recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 1,0 bilhão, por empresas de diversos setores econômicos.

Nota 2 - IOF (R\$ +3.288,2 milhões / +136,7%): aumento justificado principalmente pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 1º e 30 de dezembro de 2020. Além disso, o Decreto nº 10.797, de 2021, elevou a alíquota do imposto incidente sobre as operações de crédito realizadas desde 21/09/21.

Nota 3 - Cofins (R\$ +2.001,6 milhões / 8,1%): esse resultado decorreu, fundamentalmente: i) do aumento real de 19,04% na arrecadação do setor não financeiro, especialmente o de combustíveis, e de 22,34% na arrecadação das importações; ii) do fim do diferimento da arrecadação desta contribuição referentes aos meses de agosto a outubro de 2021, para as empresas do setor elétrico, cujo recolhimento foi estabelecido para dezembro de 2021; iii) da variação real positiva de 10,00% do volume de serviços (PMS-IBGE) em novembro de 2021 em relação a novembro de 2020. Esses fatores foram atenuados pelo decréscimo real de 2,90% do volume de vendas (PMC-IBGE) em novembro de 2021 em relação a novembro de 2020.

Nota 4 - Concessões e Permissões (R\$ +2.317,7 milhões / +339,8%): elevação explicada pelas concessão de 5G e novas concessões de transportes terrestres, sem contrapartida em dezembro de 2020.

Nota 5 - Dividendos e Participações (R\$ +11.205,1 milhões / +928,2%): aumento explicado pelo pagamento de R\$ 12,2 bilhões realizado pela Petrobras em dezembro de 2021, sendo que em dezembro de 2020 haviam sido pagos dividendos de R\$ 0,9 bilhão por parte dessa empresa.

Nota 6 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (R\$ +1.934,8 milhões / +57,6%): devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção, em especial devido ao aumento de 83,8% no preço do barril do petróleo entre novembro de 2020 e novembro de 2021.

Nota 7 - Demais Receitas Não Administradas pela RFB (R\$ +1.614,2 milhões / +39,2%): restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 0,9 bilhão) e aumento na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 0,9 bilhão), parcialmente compensados por reduções em outras rubricas.

Nota 8 - FPM / FPE / IPI-EE (R\$ +4.438,1 milhões / +15,9%): reflexo da elevação conjunta, em outubro-novembro de 2021, dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nota 9 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (R\$ +987,4 milhões / +31,9%): efeito derivado do aumento da arrecadação na rubrica "Receitas de Exploração de Recursos Naturais".

Nota 10 - Benefícios Previdenciários - Total (R\$ -2.175,7 milhões / -3,8%): resultado explicado pelo fato de o IPCA acumular aumento de 10,06% (na comparação dezembro/2020 - dezembro/2021), acima do reajuste concedido aos benefícios previdenciários no mesmo período de comparação.

Nota 11 - Pessoal e Encargos Sociais (R\$ -2.941,7 milhões / -7,7%): redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

Nota 12 - Abono e Seguro Desemprego (R\$ -1.697,6 milhões / -34,6%): diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022.

Nota 13 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (R\$ -31.689,1 milhões / -86,4%): redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparadas ao mês de dezembro de 2020: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 0,0 bi em 2021 / R\$ 19,1 bi em 2020); ii) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 0,0 bi em 2021 / R\$ 11,2 bi em 2020); iii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 2,8 bi em 2021 / R\$ 3,7 bi em 2020); e iv) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 0,0 bi em 2021 / R\$ 2,4 bi em 2020). Essa redução foi parcialmente compensada pela Aquisição de Vacinas (R\$ 2,1 bi em 2021 / R\$ 0,1 bi em 2020).

Nota 14 - FUNDEB (Complem. União) (R\$ +1.787,7 milhões / +227,7%): elevação influenciada pela redução de repasses no último bimestre de 2020 determinada pela Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020 em resposta à queda das receitas estimadas.

Nota 15 - Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e FEX (R\$ -3.100,7 milhões / -90,3%): A aprovação da Lei Complementar nº 176 em dezembro de 2020 implicou a concentração das transferências do ano de 2020 naquele mês, ao passo que, para 2021 as transferências ocorreram mensalmente ao longo do exercício.

Nota 16 - Despesas Discricionárias do Poder Executivo (R\$ +6.163,3 milhões / +28,4%): aumento explicado principalmente pela execução de R\$ 2,8 bilhões na ação "00SK - Participação da União no Capital de empresa a ser constituída a partir de cisão parcial da CBTU" e de R\$ 1,0 bilhão na ação "00U5 - Participação da União no Capital do Banco da Amazônia S.A"., além do aumento de R\$ 2,9 bilhões na execução da ação "00OP - Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais", quando comparado a dezembro de 2020.

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Jan-Dez		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.467.758,8	1.932.370,3	464.611,6	31,7%	21,6%
2. Transf. por Repartição de Receita	263.798,0	353.552,2	89.754,2	34,0%	23,8%
3. Receita Líquida (1-2)	1.203.960,7	1.578.818,1	374.857,4	31,1%	21,2%
4. Despesa Total	1.947.215,6	1.613.891,4	-333.324,1	-17,1%	-23,6%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-743.254,8	-35.073,3	708.181,5	-95,3%	-95,5%
Resultado do Tesouro Nacional	-483.573,0	212.876,2	696.449,2	-	-
Resultado do Banco Central	-550,0	-611,1	-61,2	11,1%	2,0%
Resultado da Previdência Social	-259.131,9	-247.338,4	11.793,5	-4,6%	-11,7%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	-484.122,9	212.265,1	696.388,0	-	-

Fonte: Tesouro Nacional.

Comparativamente ao acumulado no ano, o resultado primário do Governo Central passou de déficit de R\$ 743,3 bilhões em 2020 para déficit de R\$ 35,1 bilhões em 2021. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de R\$ 289,1 bilhões (+21,2%) e a despesa total diminuiu R\$ 522,2 bilhões (-23,6%), quando comparadas com o ano de 2020.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		1.467.758,8	1.932.370,3	464.611,6	31,7%	360.263,7	21,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		899.522,5	1.195.712,3	296.189,8	32,9%	234.108,0	22,9%
1.1.1 Imposto de Importação	1	45.743,7	61.970,3	16.226,6	35,5%	13.156,8	25,3%
1.1.2 IPI	2	56.694,6	71.286,1	14.591,6	25,7%	10.536,0	16,4%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	384.124,9	518.525,1	134.400,2	35,0%	108.376,6	24,8%
1.1.4 IOF	4	22.047,6	49.128,4	27.080,8	122,8%	26.220,3	104,4%
1.1.5 COFINS	5	221.964,2	274.580,9	52.616,7	23,7%	36.295,7	14,4%
1.1.6 PIS/PASEP	6	62.593,7	76.089,0	13.495,3	21,6%	8.845,1	12,5%
1.1.7 CSLL	7	79.319,3	114.530,3	35.211,0	44,4%	30.417,5	33,7%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		1.988,1	1.928,0	-60,1	-3,0%	-266,7	-11,8%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		25.046,4	27.674,1	2.627,7	10,5%	526,7	1,9%
1.2 - Incentivos Fiscais		-137,5	-160,5	-22,9	16,7%	-7,6	4,8%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	8	404.772,5	462.244,1	57.471,6	14,2%	24.897,0	5,4%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		163.601,3	274.574,4	110.973,1	67,8%	101.266,3	54,4%
1.4.1 Concessões e Permissões		8.178,7	9.865,8	1.687,2	20,6%	853,4	9,2%
1.4.2 Dividendos e Participações	9	6.576,8	43.484,5	36.907,6	561,2%	37.404,9	501,1%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		17.397,5	17.945,3	547,8	3,1%	-952,1	-4,8%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	10	56.488,6	94.063,6	37.575,0	66,5%	34.429,2	53,5%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		13.250,5	16.665,7	3.415,3	25,8%	2.412,5	16,0%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		21.260,9	24.021,6	2.760,8	13,0%	1.009,7	4,2%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		35,8	31,7	-4,1	-11,6%	-8,9	-21,7%
1.4.8 Demais Receitas	11	40.412,6	68.496,2	28.083,5	69,5%	26.117,5	56,8%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		263.798,0	353.552,2	89.754,2	34,0%	71.174,3	23,8%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	12	204.616,9	274.865,2	70.248,3	34,3%	56.102,2	24,1%
2.2 Fundos Constitucionais		8.553,2	5.820,8	-2.732,5	-31,9%	-3.611,7	-37,0%
2.2.1 Repasse Total		12.980,6	16.221,3	3.240,6	25,0%	2.355,4	16,0%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-4.427,4	-10.400,5	-5.973,1	134,9%	-5.967,0	119,3%
2.3 Contribuição do Salário Educação		12.621,6	14.088,6	1.467,0	11,6%	460,8	3,2%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	13	35.630,6	56.282,5	20.651,9	58,0%	18.338,7	45,3%
2.5 CIDE - Combustíveis		690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-320,8	-40,7%
2.6 Demais		1.685,7	2.051,3	365,6	21,7%	205,1	10,8%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		1.203.960,7	1.578.818,1	374.857,4	31,1%	289.089,4	21,2%
4. DESPESA TOTAL		1.947.215,6	1.613.891,4	-333.324,1	-17,1%	-522.241,6	-23,6%
4.1 Benefícios Previdenciários		663.904,4	709.582,5	45.678,1	6,9%	-9.803,6	-1,3%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	14	321.349,3	329.347,1	7.997,8	2,5%	-19.580,1	-5,4%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		720.266,3	305.985,2	-414.281,1	-57,5%	-499.065,0	-60,8%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	15	59.570,8	45.894,7	-13.676,1	-23,0%	-19.190,3	-28,3%
4.3.2 Anistiados		160,4	157,8	-2,7	-1,7%	-16,7	-9,2%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	16	78.247,0	0,0	-78.247,0	-100,0%	-89.379,7	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		640,7	630,8	-9,9	-1,5%	-65,2	-8,9%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		62.667,6	67.667,7	5.000,1	8,0%	-169,2	-0,2%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		35,8	31,7	-4,1	-11,6%	-8,9	-21,7%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	17	429.608,1	117.175,6	-312.432,5	-72,7%	-366.514,7	-74,9%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		9.407,2	7.271,3	-2.135,9	-22,7%	-3.049,6	-28,5%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		1.047,6	999,2	-48,4	-4,6%	-150,5	-12,7%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		15.003,5	22.033,4	7.029,9	46,9%	5.981,0	34,9%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		1.969,7	2.147,8	178,1	9,0%	10,7	0,5%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		11.166,6	11.011,2	-155,4	-1,4%	-1.157,2	-9,1%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		3.119,2	4.856,4	1.737,2	55,7%	1.708,9	49,8%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		22.876,7	18.763,3	-4.113,3	-18,0%	-6.380,8	-24,3%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	18	20.890,1	7.327,0	-13.563,1	-64,9%	-16.331,9	-67,9%
4.3.16 Transferências ANA		77,0	154,4	77,4	100,4%	72,7	84,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.925,0	1.197,5	-727,5	-37,8%	-941,2	-42,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-181,6	-1.334,6	-1.153,0	635,0%	-1.172,1	547,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		2.035,0	-	2.035,0	-100,0%	2.310,2	-100,0%
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		241.695,5	268.976,6	27.281,1	11,3%	6.207,1	2,3%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		133.504,9	145.196,1	11.691,2	8,8%	594,0	0,4%
4.4.2 Discrecionárias		108.190,6	123.780,5	15.589,9	14,4%	5.613,1	4,6%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-743.254,8	-35.073,3	708.181,5	-95,3%	811.331,0	-95,5%

Nota 1 - Imposto de Importação (R\$ +13.156,8 milhões / +25,3%): essa variação decorre, principalmente, da elevação de 32,86% no valor em dólar (volume) das importações e aumento de 4,61% na taxa média de câmbio e compensados parcialmente pela redução de 6,72% na alíquota média efetiva do imposto de importação.

Nota 2 - IPI (R\$ +10.536,0 milhões / +16,4%): resultado influenciado pela elevação do valor em dólar das importações (32,86%) e o aumento de 4,61% na taxa média de câmbio, influenciando a arrecadação do IPI-Vinculado. Em relação ao IPI-Outros, o resultado reflete o crescimento de 5,61% na produção industrial de dezembro de 2020 a novembro de 2021 em comparação com dezembro de 2019 a novembro de 2020 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/IBGE).

Nota 3 - Imposto sobre a Renda (R\$ +108.376,6 milhões / +24,8%): crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 81.985,0 milhões / + 56,9%) e no Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF (+ R\$ 11.716,4 milhões / + 24,7%). O resultado do IRPJ é influenciado, basicamente, pelo: i) incremento real de 37,96% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 68,24% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 19,82% na arrecadação do lucro presumido. Destaca-se que houve recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 8,0 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2020 e de R\$ 40,0 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2021. Em relação ao IRPF, o aumento real é explicado, principalmente, pelo: i) acréscimo real de 19,71% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual (em razão da postergação dos recolhimentos desse ajuste em 2020); e ii) de 49,77% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens.

Nota 4 - IOF (R\$ +26.220,3 milhões / +104,4%): resultado explicado, principalmente, pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 3 de abril de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Além disto, a arrecadação do mês de dezembro de 2021 foi impactada pelo Decreto 10.797/21 que elevou as alíquotas aplicáveis nas operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas entre 20.09.21 e 31.12.21.

Nota 5 - Cofins (R\$ +36.295,7 milhões / +14,4%): resultado derivado, principalmente, a) dos acréscimos reais de 5,09% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 9,53% no volume de serviços (PMS-IBGE), no período compreendido de dezembro de 2020 a novembro de 2021, em relação ao período compreendido de dezembro de 2019 a novembro de 2020; e b) aumento real de 14,78% na arrecadação do setor não financeiro, sobretudo do setor de combustíveis, e do aumento real de 31,38% na arrecadação das importações.

Nota 6 - PIS/Pasep (R\$ +8.845,1 milhões / +12,5%): mesma explicação da COFINS (ver Nota anterior).

Nota 7 - CSLL (R\$ +30.417,5 milhões / +33,7%): mesma explicação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (ver Nota 3).

Nota 8 - Arrecadação Líquida para o RGPS (R\$ +24.897 milhões / +5,4%): aumento explicado pela combinação de três fatores: a) Em abril de 2020, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional e da Contribuição Previdenciária Patronal. Em maio de 2020, além dos diferimentos citados, houve a prorrogação do prazo de pagamento de parcelamentos especiais. Em junho de 2020, além dos citados diferimentos, houve a suspensão do prazo de pagamento, até dezembro de 2020, dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios. Em julho de 2020, houve o diferimento dos parcelamentos especiais, citado anteriormente. Em outubro de 2020, houve pagamento do diferimento relativo à Contribuição Previdenciária Patronal e aos parcelamentos especiais, o mesmo ocorrendo em outubro daquele ano. Já de abril a junho de 2021, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional. Em julho e agosto de 2021 foi paga a parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de abril de 2021, enquanto em outubro de 2021 começou a ser paga a parcela relativa ao mês de maio de 2021 e em novembro e em dezembro a parcela relativa a junho de 2021; b) o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE) apresentou, até o mês de novembro de 2021, um saldo positivo de

2.992.898 empregos; e c) aumento real de 12% na arrecadação previdenciária do Simples Nacional de 2021 quando comparado com 2020.

Nota 9 - Dividendos e Participações (R\$ +37.404,9 milhões / +501,1%): aumento explicado principalmente pelo recebimento de dividendos do BNDES (+ R\$ 14,0 bilhões), sem contrapartida em 2020. Ainda, houve aumento real nos dividendos pagos pela Petrobras (R\$ 19,8 bilhões) e pela Caixa Econômica Federal (R\$ 1,8 bilhão) quando comparados 2020 e 2021.

Nota 10 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (R\$ +34.429,2 milhões / +53,5%): devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

Nota 11 - Demais Receitas Não Administradas pela Receita Federal do Brasil (R\$ +26.117,5 milhões / +56,8%): variação explicada, principalmente, pela restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 11,3 bilhões), pela devolução de R\$ 6,6 bilhões relativa ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e pela elevação na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 7,7 bilhões).

Nota 12 - FPM / FPE / IPI-EE (R\$ +56.102,2 milhões / +24,1%): reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nota 13 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (R\$ +18.338,7 milhões / +45,3%): devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais.

Nota 14 - Pessoal e Encargos Sociais (R\$ -19.580,1 milhões / -5,4%): redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

Nota 15 - Abono e Seguro Desemprego (R\$ -19.190,3 milhões / -28,3%): diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022

Nota 16 - Apoio Fin. Municípios/Estados (R\$ -89.379,7 milhões): em 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19). Evento sem contrapartida em 2021.

Nota 17 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (R\$ -366.514,7 milhões / -74,9%): redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparados ao período de janeiro-dezembro de 2021: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 63,6 bi em 2021 / R\$ 334,1 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 22,6 bi em 2021 / R\$ 47,6 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 8,2 bi em 2021 / R\$ 38,2 bi em 2020); e iv) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,3 bi em 2021 / R\$ 65,9 bi em 2020). Essa redução é parcialmente compensada pelo crescimento da despesa referente à Aquisição de Vacinas (R\$ 22,7 bi em 2021 / R\$ 2,5 bi em 2020).

Nota 18 - Subsídios, Subvenções e Proagro (R\$ -16.331,9 milhões / -67,9%): redução explicada principalmente pela implementação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, em abril de 2020, no valor de R\$ 19,2 bilhões, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	161.483,8	211.544,6	50.060,8	31,0%	33.814,0	19,0%	1.467.758,8	1.932.370,3	464.611,6	31,7%	360.263,7	21,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	89.793,6	114.904,4	25.110,8	28,0%	16.076,7	16,3%	899.522,5	1.195.712,3	296.189,8	32,9%	234.108,0	22,9%
1.1.1 Imposto de Importação	4.632,5	5.381,2	748,7	16,2%	282,6	5,5%	45.743,7	61.970,3	16.226,6	35,5%	13.156,8	25,3%
1.1.2 IPI	6.535,1	5.967,8	-567,3	-8,7%	-1.224,8	-17,0%	56.694,6	71.286,1	14.591,6	25,7%	10.536,0	16,4%
1.1.2.1 IPI - Fumo	466,4	370,6	-95,8	-20,5%	-142,7	-27,8%	5.975,0	5.576,7	-398,3	-6,7%	-931,1	-13,7%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	311,0	148,9	-162,2	-52,1%	-193,5	-56,5%	2.985,2	2.687,4	-297,7	-10,0%	-555,0	-16,4%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	423,5	376,6	-46,9	-11,1%	-89,6	-19,2%	3.446,2	3.446,7	0,5	0,0%	-277,6	-7,1%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.283,8	3.054,2	770,4	33,7%	540,6	21,5%	21.942,0	31.693,3	9.751,3	44,4%	8.344,0	33,5%
1.1.2.5 IPI - Outros	3.050,3	2.017,6	-1.032,8	-33,9%	-1.339,7	-39,9%	22.346,3	27.882,0	5.535,7	24,8%	3.955,7	15,6%
1.1.3 Imposto de Renda	39.170,5	53.974,3	14.803,8	37,8%	10.862,9	25,2%	384.124,9	518.525,1	134.400,2	35,0%	108.376,6	24,8%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.839,4	4.439,0	599,6	15,6%	213,4	5,0%	41.655,6	56.262,4	14.606,8	35,1%	11.716,4	24,7%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.039,6	14.967,4	5.927,8	65,6%	5.018,3	50,4%	126.635,4	214.466,8	87.831,4	69,4%	81.985,0	56,9%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	26.291,5	34.567,9	8.276,3	31,5%	5.631,2	19,5%	215.833,9	247.795,9	31.962,0	14,8%	14.675,2	6,0%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	12.296,1	14.173,4	1.877,4	15,3%	640,3	4,7%	114.819,8	130.681,8	15.862,0	13,8%	6.883,6	5,3%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	6.899,2	10.175,5	3.276,2	47,5%	2.582,1	34,0%	48.346,1	55.575,7	7.229,5	15,0%	3.148,5	5,7%
1.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	5.855,3	8.905,6	3.050,3	52,1%	2.461,2	38,2%	39.593,4	44.428,1	4.834,7	12,2%	1.522,5	3,4%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.241,0	1.313,4	72,5	5,8%	-52,4	-3,8%	13.074,7	17.110,4	4.035,7	30,9%	3.120,6	21,0%
1.1.4 IOF	2.184,9	5.692,9	3.508,0	160,6%	3.288,2	136,7%	22.047,6	49.128,4	27.080,8	122,8%	26.220,3	104,4%
1.1.5 Cofins	22.436,8	26.695,8	4.259,0	19,0%	2.001,6	8,1%	221.964,2	274.580,9	52.616,7	23,7%	36.295,7	14,4%
1.1.6 PIS/Pasep	6.038,9	7.332,4	1.293,5	21,4%	685,9	10,3%	62.593,7	76.089,0	13.495,3	21,6%	8.845,1	12,5%
1.1.7 CSLL	6.383,8	8.411,4	2.027,6	31,8%	1.385,3	19,7%	79.319,3	114.530,3	35.211,0	44,4%	30.417,5	33,7%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	51,7	276,6	224,9	435,2%	219,7	386,2%	1.988,1	1.928,0	-60,1	-3,0%	-266,7	-11,8%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	2.359,4	1.172,1	-1.187,4	-50,3%	-1.424,7	-54,9%	25.046,4	27.674,1	2.627,7	10,5%	526,7	1,9%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-74,6	-74,6	-	-74,6	-	-137,5	-160,5	-22,9	16,7%	-7,6	4,8%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	57.033,5	63.579,1	6.545,6	11,5%	807,4	1,3%	404.772,5	462.244,1	57.471,6	14,2%	24.897,0	5,4%
1.3.1 Urbana	56.029,9	62.736,5	6.706,6	12,0%	1.069,4	1,7%	396.172,9	451.885,9	55.713,0	14,1%	23.787,7	5,3%
1.3.2 Rural	1.003,6	842,6	-161,0	-16,0%	-262,0	-23,7%	8.599,6	10.358,3	1.758,6	20,4%	1.109,3	11,4%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	14.656,7	33.135,7	18.479,0	126,1%	17.004,4	105,4%	163.601,3	274.574,4	110.973,1	67,8%	101.266,3	54,4%
1.4.1 Concessões e Permissões	619,7	2.999,7	2.380,0	384,0%	2.317,7	339,8%	8.178,7	9.865,8	1.687,2	20,6%	853,4	9,2%
1.4.2 Dividendos e Participações	1.096,8	12.412,2	11.315,4	-	11.205,1	928,2%	6.576,8	43.484,5	36.907,6	561,2%	37.404,9	501,1%
1.4.2.1 Banco do Brasil	167,6	250,7	83,1	49,6%	66,2	35,9%	2.119,9	3.246,9	1.127,0	53,2%	991,1	41,2%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	130,3	135,0	4,7	3,6%	-4,4	-3,0%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	13.565,4	13.565,4	-	13.956,3	-
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.008,0	2.816,2	1.808,1	179,4%	1.841,4	158,5%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.085,6	1.600,6	515,0	47,4%	479,9	38,9%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	897,3	12.158,2	11.260,9	-	11.170,6	-	1.648,9	21.143,9	19.495,0	-	19.768,5	-
1.4.2.9 Demais	31,9	3,3	-28,6	-89,7%	-31,8	-90,6%	584,1	976,5	392,5	67,2%	372,0	55,9%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.725,1	1.683,3	-41,8	-2,4%	-215,4	-11,3%	17.397,5	17.945,3	547,8	3,1%	-952,1	-4,8%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	3.052,6	5.294,5	2.241,9	73,4%	1.934,8	57,6%	56.488,6	94.063,6	37.575,0	66,5%	34.429,2	53,5%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.562,6	1.611,5	48,9	3,1%	-108,3	-6,3%	13.250,5	16.665,7	3.415,3	25,8%	2.412,5	16,0%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.856,8	3.397,5	540,7	18,9%	253,3	8,1%	21.260,9	24.021,6	2.760,8	13,0%	1.009,7	4,2%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4,1	7,6	3,5	85,6%	3,1	68,6%	35,8	31,7	-4,1	-11,6%	-8,9	-21,7%
1.4.8 Demais Receitas	3.738,9	5.729,2	1.990,4	53,2%	1.614,2	39,2%	40.412,6	68.496,2	28.083,5	69,5%	26.117,5	56,8%
d/q Operações com Ativos	135,0	0,0	-135,0	-100,0%	-148,6	-100,0%	1.381,9	0,0	-1.381,9	-100,0%	-1.571,6	-100,0%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	29.829,1	38.226,3	8.397,1	28,2%	5.396,0	16,4%	263.798,0	353.552,2	89.754,2	34,0%	71.174,3	23,8%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	25.330,2	32.316,8	6.986,6	27,6%	4.438,1	15,9%	204.616,9	274.865,2	70.248,3	34,3%	56.102,2	24,1%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
2.2 Fundos Constitucionais	488,6	300,7	-187,9	-38,5%	-237,1	-44,1%	8.553,2	5.820,8	-2.732,5	-31,9%	-3.611,7	-37,0%
2.2.1 Repasse Total	1.382,1	477,5	-904,5	-65,4%	-1.043,6	-68,6%	12.980,6	16.221,3	3.240,6	25,0%	2.355,4	16,0%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-893,5	-176,9	716,6	-80,2%	806,5	-82,0%	-4.427,4	-10.400,5	-5.973,1	134,9%	-5.967,0	119,3%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.051,1	1.347,0	295,9	28,1%	190,1	16,4%	12.621,6	14.088,6	1.467,0	11,6%	460,8	3,2%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	2.810,3	4.080,4	1.270,2	45,2%	987,4	31,9%	35.630,6	56.282,5	20.651,9	58,0%	18.338,7	45,3%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-320,8	-40,7%
2.6 Demais	149,0	181,4	32,4	21,8%	17,5	10,6%	1.685,7	2.051,3	365,6	21,7%	205,1	10,8%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	131.654,7	173.318,4	41.663,7	31,6%	28.417,9	19,6%	1.203.960,7	1.578.818,1	374.857,4	31,1%	289.089,4	21,2%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	175.787,5	159.494,6	-16.292,9	-9,3%	-33.978,8	-17,6%	1.947.215,6	1.613.891,4	-333.324,1	-17,1%	-522.241,6	-23,6%
4.1 Benefícios Previdenciários	52.449,1	55.550,4	3.101,2	5,9%	-2.175,7	-3,8%	663.904,4	709.582,5	45.678,1	6,9%	-9.803,6	-1,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	41.879,4	44.330,8	2.451,4	5,9%	-1.762,1	-3,8%	529.172,8	564.041,7	34.868,9	6,6%	-9.482,6	-1,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios	818,2	1.130,2	312,0	38,1%	229,7	25,5%	15.946,2	19.604,8	3.658,6	22,9%	2.418,6	13,3%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	10.569,7	11.219,5	649,8	6,1%	-413,6	-3,6%	134.731,6	145.540,8	10.809,2	8,0%	-321,0	-0,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	208,9	288,6	79,7	38,1%	58,7	25,5%	3.920,7	5.075,5	1.154,8	29,5%	865,6	19,3%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.702,1	35.251,7	549,7	1,6%	-2.941,7	-7,7%	321.349,3	329.347,1	7.997,8	2,5%	-19.580,1	-5,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	251,5	246,8	-4,6	-1,8%	-29,9	-10,8%	6.418,2	9.748,0	3.329,8	51,9%	2.951,0	40,2%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	52.397,5	21.596,2	-30.801,3	-58,8%	-36.073,0	-62,6%	720.266,3	305.985,2	-414.281,1	-57,5%	-499.065,0	-60,8%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.460,6	3.211,8	-1.248,8	-28,0%	-1.697,6	-34,6%	59.570,8	45.894,7	-13.676,1	-23,0%	-19.190,3	-28,3%
Abono	1.498,6	0,2	-1.498,4	-100,0%	-1.649,2	-100,0%	19.579,8	10.158,3	-9.421,5	-48,1%	-11.231,9	-50,3%
Seguro Desemprego	2.962,0	3.211,7	249,7	8,4%	-48,4	-1,5%	39.991,0	35.736,4	-4.254,5	-10,6%	-7.958,4	-17,5%
d/q Seguro Defeso	161,6	477,9	316,4	195,8%	300,1	168,7%	3.405,2	3.888,1	482,9	14,2%	224,3	5,8%
4.3.2 Anistiados	17,8	17,6	-0,2	-1,2%	-2,0	-10,2%	160,4	157,8	-2,7	-1,7%	-16,7	-9,2%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,4	0,0	-0,4	-100,0%	-0,5	-100,0%	78.247,0	0,0	-78.247,0	-100,0%	-89.379,7	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,2	49,3	-2,9	-5,5%	-8,1	-14,1%	640,7	630,8	-9,9	-1,5%	-65,2	-8,9%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.281,0	5.662,1	381,1	7,2%	-150,2	-2,6%	62.667,6	67.667,7	5.000,1	8,0%	-169,2	-0,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	92,5	156,9	64,5	69,7%	55,2	54,2%	1.286,2	1.690,6	404,5	31,4%	305,8	20,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4,1	7,6	3,5	85,6%	3,1	68,6%	35,8	31,7	-4,1	-11,6%	-8,9	-21,7%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	33.321,9	4.985,3	-28.336,6	-85,0%	-31.689,1	-86,4%	429.608,1	117.175,6	-312.432,5	-72,7%	-366.514,7	-74,9%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	651,6	476,8	-174,8	-26,8%	-240,4	-33,5%	9.407,2	7.271,3	-2.135,9	-22,7%	-3.049,6	-28,5%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	184,0	149,6	-34,4	-18,7%	-52,9	-26,1%	1.047,6	999,2	-48,4	-4,6%	-150,5	-12,7%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	713,4	2.572,9	1.859,5	260,7%	1.787,7	227,7%	15.003,5	22.033,4	7.029,9	46,9%	5.981,0	34,9%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	253,6	255,3	1,7	0,7%	-23,8	-8,5%	1.969,7	2.147,8	178,1	9,0%	10,7	0,5%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.962,3	1.884,2	-78,1	-4,0%	-275,5	-12,8%	11.166,6	11.011,2	-155,4	-1,4%	-1.157,2	-9,1%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	3.119,2	332,3	-2.786,9	-89,3%	-3.100,7	-90,3%	3.119,2	4.856,4	1.737,2	55,7%	1.708,9	49,8%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	351,4	247,4	-104,1	-29,6%	-139,4	-36,0%	22.876,7	18.763,3	-4.113,3	-18,0%	-6.380,8	-24,3%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.648,5	1.129,7	-518,8	-31,5%	-684,6	-37,7%	20.890,1	7.327,0	-13.563,1	-64,9%	-16.331,9	-67,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.070,6	984,2	-86,4	-8,1%	-194,1	-16,5%	7.143,9	8.701,3	1.557,4	21,8%	1.031,7	12,7%
Equalização de custeio agropecuário	39,3	109,8	70,6	179,7%	66,6	154,1%	657,5	820,9	163,4	24,9%	111,3	14,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	31,1	169,2	138,1	444,7%	135,0	394,9%	835,5	2.339,3	1.503,7	180,0%	1.517,0	158,6%
Política de preços agrícolas	-4,8	3,6	8,4	-	8,8	-	-15,3	4,5	19,8	-	21,7	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	0,4	-0,6	-62,2%	-0,7	-65,6%	24,4	8,5	-15,9	-65,0%	-18,9	-67,5%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-5,8	3,2	9,0	-	9,6	-	-40,4	-4,0	36,4	-90,1%	41,4	-90,1%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,7	0,0	-0,7	-100,0%	-0,8	-100,0%
Pronaf	38,0	195,6	157,6	415,0%	153,8	368,0%	2.269,7	2.706,1	436,4	19,2%	269,7	10,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	54,9	203,7	148,8	271,1%	143,3	237,2%	2.299,7	2.725,2	425,5	18,5%	256,1	9,7%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-16,9	-8,1	8,8	-52,0%	10,5	-56,4%	-30,0	-19,1	10,9	-36,4%	13,6	-40,7%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	39,2	34,9	-4,3	-11,0%	-8,2	-19,1%	372,2	805,4	433,2	116,4%	417,2	97,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	68,4	17,2	-51,1	-74,8%	-58,0	-77,1%	308,8	576,1	267,3	86,6%	257,7	73,7%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-29,2	17,7	46,8	-	49,8	-	63,4	229,3	165,9	261,8%	159,5	204,2%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	364,8	305,5	-59,3	-16,3%	-96,0	-23,9%	533,4	712,0	178,6	33,5%	134,9	22,7%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Alcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,7	-100,0%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,9	-100,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	155,0	61,0	-94,0	-60,6%	-109,6	-64,2%	228,0	293,6	65,6	28,8%	51,7	20,3%
Funcafé	0,1	4,9	4,8	-	4,8	-	5,9	9,2	3,4	57,6%	2,9	42,7%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,1	-89,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,5	0,3	-0,2	-44,6%	-0,3	-49,6%	1.648,8	835,4	-813,4	-49,3%	-990,8	-52,4%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,3	0,3	-	0,3	-	7,9	8,8	0,9	11,2%	0,3	3,7%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	410,0	100,0	-310,0	-75,6%	-351,3	-77,8%	707,3	425,0	-282,3	-39,9%	-347,8	-44,3%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	35,8	31,8	-4,0	-11,2%	-6,9	-16,7%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	18,7	6,2	-12,5	-66,7%	-14,7	-68,7%
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-2,7	-0,9	1,8	-67,5%	2,1	-70,4%	-173,7	-297,2	-123,5	71,1%	-121,2	60,9%
Proagro	594,0	633,4	39,4	6,6%	-20,4	-3,1%	1.941,0	1.704,7	-236,3	-12,2%	-438,7	-20,0%
PNAFE	1,0	-18,3	-19,3	-	-19,4	-	21,3	-131,9	-153,2	-	-164,6	-
Demais Subsídios e Subvenções	-17,0	-469,5	-452,5	-	-450,8	-	11.783,9	-2.947,1	-14.731,0	-	-16.760,3	-
4.3.16 Transferências ANA	29,5	61,8	32,3	109,4%	29,3	90,2%	77,0	154,4	77,4	100,4%	72,7	84,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	129,4	107,1	-22,3	-17,2%	-35,3	-24,8%	1.925,0	1.197,5	-727,5	-37,8%	-941,2	-42,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	216,7	445,3	228,6	105,5%	206,8	86,7%	-181,6	-1.334,6	-1.153,0	635,0%	-1.172,1	547,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2.035,0	0,0	-2.035,0	-100,0%	-2.310,2	-100,0%
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	36.238,7	47.096,3	10.857,6	30,0%	7.211,6	18,1%	241.695,5	268.976,6	27.281,1	11,3%	6.207,1	2,3%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	16.513,5	19.223,2	2.709,7	16,4%	1.048,3	5,8%	133.504,9	145.196,1	11.691,2	8,8%	594,0	0,4%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.364,7	1.487,1	122,3	9,0%	-15,0	-1,0%	13.400,3	13.812,8	412,5	3,1%	-751,5	-4,9%
4.4.1.2 Bolsa Família	2.756,0	5.938,1	3.182,1	115,5%	2.904,8	95,8%	19.043,2	25.752,2	6.709,1	35,2%	5.379,9	25,0%
4.4.1.3 Saúde	9.729,3	9.800,9	71,6	0,7%	-907,2	-8,5%	88.775,0	93.229,6	4.454,6	5,0%	-3.051,2	-3,0%
4.4.1.4 Educação	656,7	950,0	293,3	44,7%	227,2	31,4%	6.827,7	7.216,1	388,4	5,7%	-194,8	-2,5%
4.4.1.5 Demais	2.006,7	1.047,1	-959,6	-47,8%	-1.161,5	-52,6%	5.458,7	5.185,3	-273,4	-5,0%	-788,4	-12,8%
4.4.2 Discricionárias	19.725,3	27.873,1	8.147,9	41,3%	6.163,3	28,4%	108.190,6	123.780,5	15.589,9	14,4%	5.613,1	4,6%
4.4.2.1 Saúde	3.205,3	4.897,3	1.692,0	52,8%	1.369,5	38,8%	23.683,9	29.975,4	6.291,5	26,6%	4.158,6	15,4%
4.4.2.2 Educação	3.134,4	3.472,3	337,9	10,8%	22,5	0,7%	19.324,4	19.640,0	315,6	1,6%	-1.441,0	-6,6%
4.4.2.3 Defesa	2.929,6	2.597,5	-332,1	-11,3%	-626,9	-19,4%	11.879,2	11.342,4	-536,7	-4,5%	-1.653,2	-12,3%
4.4.2.4 Transporte	1.249,9	1.243,1	-6,8	-0,5%	-132,5	-9,6%	9.120,7	8.112,9	-1.007,9	-11,1%	-1.902,1	-18,4%
4.4.2.5 Administração	928,0	1.036,0	108,0	11,6%	14,6	1,4%	5.906,0	5.969,9	63,9	1,1%	-474,8	-7,1%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	509,9	462,5	-47,4	-9,3%	-98,7	-17,6%	3.187,9	2.944,6	-243,3	-7,6%	-544,1	-15,0%
4.4.2.7 Segurança Pública	331,0	448,3	117,3	35,4%	84,0	23,1%	3.026,3	3.046,2	19,9	0,7%	-268,5	-7,8%
4.4.2.8 Assistência Social	505,0	667,8	162,8	32,2%	112,0	20,2%	2.518,7	2.551,2	32,5	1,3%	-221,5	-7,8%
4.4.2.9 Demais	6.932,3	13.048,4	6.116,2	88,2%	5.418,7	71,0%	29.543,5	40.197,9	10.654,3	36,1%	7.959,6	23,8%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-44.132,8	13.823,8	57.956,6	-	62.396,7	-	-743.254,8	-35.073,3	708.181,5	-95,3%	811.331,0	-95,5%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	-309,4						1.916,6					

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						932,3					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	-309,4						984,4					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-219,3						-3.927,7					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-44.661,5						-745.265,9					
9. JUROS NOMINAIS ^{11/}	-20.277,1						-266.657,2					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{12/}	-64.938,6						-1.011.923,1					

Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	57.033,5	63.579,1	6.545,6	11,5%	807,4	1,3%	404.772,5	462.244,1	57.471,6	14,2%	3.356,8	12,5%
Arrecadação Ordinária	56.381,9	63.102,3	6.720,4	11,9%	1.047,8	1,7%	395.365,3	454.972,8	59.607,5	15,1%	6.802,8	13,3%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	651,6	476,8	-174,8	-26,8%	-240,4	-33,5%	9.407,2	7.271,3	-2.135,9	-22,7%	-3.446,0	-19,9%
Despesas de Custeio e Investimento ^{13/}	76.845,6	58.094,0	-18.751,6	-24,4%	-26.483,0	-31,3%	815.932,4	454.407,8	-361.524,6	-44,3%	-474.082,3	-38,9%
Despesas de Custeio	55.211,1	43.009,6	-12.201,4	-22,1%	-17.756,2	-29,2%	711.027,9	397.579,6	-313.448,4	-44,1%	-412.106,7	-38,7%
Investimento	21.634,5	15.084,3	-6.550,1	-30,3%	-8.726,8	-36,6%	104.904,5	56.828,2	-48.076,3	-45,8%	-61.975,6	-40,5%
PAC ^{14/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	747,5	682,3	-65,2	-8,7%	-140,4	-17,1%	2.547,9	1.400,0	-1.147,9	-45,1%	-1.475,4	-39,9%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

12/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas, FIES e Financiamento de Campanha Eleitoral.

14/ A partir da LDO de 2020, as ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento deixaram de apresentar o identificador de Resultado Primário "discricionária abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3)".

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" e apuração do Teto dos Gastos (EC 95/2016) - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	31.027,6	38.482,5	7.455,0	24,0%	4.333,3	12,7%	263.807,5	353.576,7	89.769,3	34,0%	71.200,4	23,8%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	25.330,2	32.316,8	6.986,6	27,6%	4.438,1	15,9%	204.626,3	274.865,2	70.238,9	34,3%	56.091,4	24,1%
1.2 Fundos Constitucionais	1.543,5	532,4	-1.011,1	-65,5%	-1.166,4	-68,7%	8.553,2	5.820,8	-2.732,5	-31,9%	-3.600,4	-37,0%
1.2.1 Repasse Total	2.437,0	709,3	-1.727,7	-70,9%	-1.972,8	-73,6%	12.980,6	16.221,3	3.240,6	25,0%	2.366,7	16,1%
1.2.2 Superávit dos Fundos	-893,5	-176,9	-716,6	-80,2%	-806,5	-82,0%	-4.427,4	-10.400,5	-5.973,1	134,9%	-5.967,0	119,3%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.051,1	1.347,0	295,9	28,1%	190,1	16,4%	12.621,6	14.088,6	1.467,0	11,6%	460,8	3,2%
1.4 Exploração de Recursos Naturais	2.953,8	4.104,9	1.151,1	39,0%	854,0	26,3%	35.630,6	56.307,0	20.676,3	58,0%	18.364,3	45,4%
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-320,8	-40,7%
1.6 Demais	149,0	181,4	32,4	21,8%	17,4	10,6%	1.685,7	2.051,3	365,6	21,7%	205,1	10,8%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.3 IOF Ouro	5,8	8,3	2,6	44,7%	2,0	31,5%	61,8	77,6	15,8	25,6%	11,0	15,7%
1.6.4 ITR	143,3	173,1	29,8	20,8%	15,4	9,8%	1.573,4	1.934,3	360,9	22,9%	208,8	11,8%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	50,5	39,4	-11,1	-22,1%	-14,8	-25,5%
1.6.6 Outras ^{1/}	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	176.540,0	160.128,7	-16.411,3	-9,3%	-34.173,0	-17,6%	1.945.771,5	1.612.538,3	-333.233,2	-17,1%	-522.033,6	-23,6%
2.1 Benefícios Previdenciários	52.425,0	55.647,6	3.222,5	6,1%	-2.051,9	-3,6%	663.505,0	709.534,3	46.029,3	6,9%	-9.402,0	-1,2%
2.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	41.061,1	43.297,9	2.236,8	5,4%	-1.894,3	-4,2%	513.025,9	544.546,0	31.520,0	6,1%	-11.560,9	-2,0%
2.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.336,9	10.930,9	594,0	5,7%	-446,0	-3,9%	130.612,1	140.308,7	9.696,6	7,4%	-1.124,6	-0,8%
2.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	1.027,1	1.418,8	391,7	38,1%	288,4	25,5%	19.866,9	24.679,6	4.812,6	24,2%	3.283,5	14,5%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.783,3	35.396,6	613,2	1,8%	-2.886,3	-7,5%	320.158,9	327.891,3	7.732,4	2,4%	-19.775,5	-5,4%
2.2.1 Ativo Civil	14.172,2	14.560,4	388,2	2,7%	-1.037,6	-6,7%	135.817,1	137.164,9	1.347,8	1,0%	-10.358,9	-6,7%
2.2.2 Ativo Militar	3.365,9	4.352,1	986,2	29,3%	647,6	17,5%	32.703,7	34.600,3	1.896,6	5,8%	-872,8	-2,3%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	9.911,2	9.780,8	-130,4	-1,3%	-1.127,6	-10,3%	90.968,8	90.543,2	-425,7	-0,5%	-8.380,8	-8,1%
2.2.4 Reformas e pensões militares	7.089,7	6.469,4	-620,3	-8,7%	-1.333,5	-17,1%	54.436,8	56.079,5	1.642,7	3,0%	-3.070,8	-5,0%
2.2.5 Outros	244,4	233,9	-10,5	-4,3%	-35,1	-13,1%	6.232,5	9.503,4	3.270,9	52,5%	2.907,8	40,8%
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	52.357,6	21.654,5	-30.703,0	-58,6%	-35.970,7	-62,4%	720.203,4	306.187,0	-414.016,3	-57,5%	-498.786,2	-60,8%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	4.460,6	3.211,8	-1.248,8	-28,0%	-1.697,6	-34,6%	59.570,8	45.894,7	-13.676,1	-23,0%	-19.190,3	-28,3%
2.3.2 Anistiados	17,8	17,7	-0,1	-0,5%	-1,9	-9,6%	160,5	158,0	-2,5	-1,6%	-16,6	-9,1%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,4	-	-0,4	-100,0%	-0,5	-100,0%	78.247,0	0,0	-78.247,0	-100,0%	-89.379,7	-100,0%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	55,9	54,1	-1,8	-3,2%	-7,4	-12,1%	665,6	675,4	9,8	1,5%	-46,7	-6,2%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.280,8	5.661,7	380,9	7,2%	-150,4	-2,6%	62.667,6	67.667,8	5.000,2	8,0%	-169,0	-0,2%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	5.188,3	5.504,8	316,5	6,1%	-205,5	-3,6%	61.381,4	65.977,1	4.595,7	7,5%	-474,9	-0,7%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Precatórios	92,5	156,9	64,5	69,7%	55,2	54,2%	1.286,2	1.690,7	404,5	31,5%	305,8	20,9%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4,1	7,6	3,5	85,6%	3,1	68,6%	35,8	31,7	-4,1	-11,6%	-8,9	-21,7%
2.3.7 Créditos Extraordinários	33.290,3	5.022,2	-28.268,1	-84,9%	-31.617,4	-86,3%	429.550,9	117.150,0	-312.400,9	-72,7%	-366.480,4	-74,9%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	651,6	476,8	-174,8	-26,8%	-240,4	-33,5%	9.407,2	7.271,3	-2.135,9	-22,7%	-3.049,6	-28,5%
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	184,0	149,6	-34,4	-18,7%	-52,9	-26,1%	1.047,6	999,2	-48,4	-4,6%	-150,5	-12,7%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	713,4	2.572,9	1.859,5	260,7%	1.787,7	227,7%	15.003,5	22.033,4	7.029,9	46,9%	5.981,0	34,9%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	253,3	255,1	1,8	0,7%	-23,7	-8,5%	1.969,4	2.147,2	177,8	9,0%	10,4	0,5%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.932,2	1.864,8	-67,4	-3,5%	-261,8	-12,3%	10.989,8	10.806,9	-183,0	-1,7%	-1.170,0	-9,4%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	3.119,2	332,3	-2.786,9	-89,3%	-3.100,7	-90,3%	3.119,2	4.856,4	1.737,2	55,7%	1.708,9	49,8%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	351,5	267,7	-83,8	-23,8%	-119,2	-30,8%	22.877,2	18.984,6	-3.892,6	-17,0%	-6.150,4	-23,4%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.648,5	1.129,7	-518,8	-31,5%	-684,6	-37,7%	20.890,1	7.327,0	-13.563,1	-64,9%	-16.331,9	-67,9%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	39,3	109,8	70,6	179,7%	66,6	154,1%	657,5	820,9	163,4	24,9%	111,3	14,8%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	31,1	169,2	138,1	444,7%	135,0	394,9%	835,5	2.339,3	1.503,7	180,0%	1.517,0	158,6%
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	0,4	-0,6	-62,2%	-0,7	-65,6%	24,4	8,5	-15,9	-65,0%	-18,9	-67,5%
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-5,8	3,2	9,0	-	-9,6	-	-40,4	-4,0	36,4	-90,1%	41,4	-90,1%
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	-	-	-	-	-	-	0,7	0,0	-0,7	-100,0%	-0,8	-100,0%
2.3.15.6 Pronaf	38,0	195,6	157,6	415,0%	153,8	368,0%	2.269,7	2.706,1	436,4	19,2%	269,7	10,4%
2.3.15.7 Proex	39,2	34,9	-4,3	-11,0%	-8,2	-19,1%	372,2	805,4	433,2	116,4%	417,2	97,5%

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal				Variação Real				Acumulado Jan-Dez				Variação Nominal				Variação Real			
	2020	2021		R\$ Milhões	Var. %		R\$ Milhões	Var. %			2020	2021			R\$ Milhões	Var. %			R\$ Milhões	Var. %		
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	364,8	305,5	-	59,3	-16,3%	-	96,0	-23,9%	-		533,4	712,0			178,6	33,5%			134,9	22,7%		
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	-	-	-		2,4	0,0			-2,4	-100,0%			-2,7	-100,0%		
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	155,0	61,0	-	94,0	-60,6%	-	109,6	-64,2%	-		228,0	293,6			65,6	28,8%			51,7	20,3%		
2.3.15.11 Funcafé	0,1	4,9		4,8	-		4,8	-			5,9	9,2			3,4	57,6%			2,9	42,7%		
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1,0	0,1			-0,9	-89,1%			-1,1	-89,7%		
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,5	0,3	-	0,2	-44,6%	-	0,3	-49,6%	-		1.648,8	835,4			-813,4	-49,3%			-990,8	-52,4%		
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	-	0,3		0,3	-		0,3	-			7,9	8,8			0,9	11,2%			0,3	3,7%		
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	410,0	100,0	-	310,0	-75,6%	-	351,3	-77,8%	-		707,3	425,0			-282,3	-39,9%			-347,8	-44,3%		
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0	0,0			0,0	-			0,0	-		
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-		35,8	31,8			-4,0	-11,2%			-6,9	-16,7%		
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	2,7	-	0,9	1,8	-67,5%	2,1	-70,4%	-		-173,7	-297,2			-123,5	71,1%			-121,2	60,9%		
2.3.15.19 Proagro	594,0	633,4		39,4	6,6%	-	20,4	-3,1%	-		1.941,0	1.704,7			-236,3	-12,2%			-438,7	-20,0%		
2.3.15.20 PNAFE	1,0	-	18,3	-	19,3	-	19,4	-	-		21,3	-131,9			-153,2	-			-164,6	-		
2.3.15.21 Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0	0,0			0,0	-			0,0	-		
2.3.15.22 Sudene	-	-	-	-	-	-	-	-	-		18,7	6,2			-12,5	-66,7%			-14,7	-68,7%		
2.3.15.23 Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0	0,0			0,0	-			0,0	-		
2.3.15.24 Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0	0,0			0,0	-			0,0	-		
2.3.15.25 Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0	0,0			0,0	-			0,0	-		
2.3.15.26 Cacau	-	-	-	-	-	-	-	-	-		8,6	0,0			-8,6	-100,0%			-9,9	-100,0%		
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	-	17,0	-	469,5	-	452,5	-	450,8	-	-	11.783,9	-2.947,1			-14.731,0	-			-16.760,3	-		
2.3.16 Transferências ANA	47,9	78,0		30,1	62,9%		25,3	48,0%			222,8	320,6			97,9	43,9%			81,0	32,2%		
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	129,4	107,1	-	22,3	-17,2%	-	35,3	-24,8%	-		1.925,0	1.197,5			-727,5	-37,8%			-941,2	-42,8%		
2.3.18 Impacto Primário do FIES	216,7	445,3		228,6	105,5%		206,8	86,7%			-181,6	-1.334,6			-1.153,0	635,0%			-1.172,1	547,1%		
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-	-	-	-		2.035,0	0,0			-2.035,0	-100,0%			-2.310,2	-100,0%		
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0	0,0			0,0	-			0,0	-		
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	36.974,1	47.430,0		10.456,0	28,3%		6.736,0	16,6%			241.904,1	268.925,6			27.021,5	11,2%			5.930,2	2,2%		
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	16.939,4	19.377,1		2.437,7	14,4%		733,4	3,9%			133.783,8	145.260,3			11.476,5	8,6%			342,0	0,2%		
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.399,9	1.499,0		99,0	7,1%	-	41,8	-2,7%			13.425,5	13.815,4			389,9	2,9%			-777,7	-5,1%		
2.4.1.2 Bolsa Família	2.827,1	5.985,7		3.158,5	111,7%		2.874,1	92,4%			19.068,8	25.789,0			6.720,1	35,2%			5.388,3	25,0%		
2.4.1.3 Saúde	9.980,3	9.879,4	-	100,9	-1,0%	-	1.105,0	-10,1%			88.947,5	93.243,1			4.295,6	4,8%			-3.234,9	-3,2%		
2.4.1.4 Educação	673,7	957,6		283,9	42,1%		216,1	29,2%			6.836,2	7.218,3			382,2	5,6%			-202,5	-2,6%		
2.4.1.5 Demais	2.058,4	1.055,5	-	1.003,0	-48,7%	-	1.210,1	-53,4%			5.505,9	5.194,4			-311,4	-5,7%			-831,3	-13,4%		
2.4.2 Discrecionárias	20.034,6	28.052,9		8.018,3	40,0%		6.002,6	27,2%			108.120,3	123.665,3			15.545,0	14,4%			5.588,2	4,6%		
2.4.2.1 Saúde	3.255,5	4.928,9		1.673,3	51,4%		1.345,8	37,6%			23.680,7	29.857,0			6.176,3	26,1%			4.041,7	15,0%		
2.4.2.2 Educação	3.183,6	3.494,7		311,1	9,8%	-	9,2	-0,3%			19.331,0	19.686,3			355,3	1,8%			-1.395,9	-6,4%		
2.4.2.3 Defesa	2.975,6	2.614,2	-	361,3	-12,1%	-	660,7	-20,2%			11.882,4	11.352,0			-530,4	-4,5%			-1.645,5	-12,3%		
2.4.2.4 Transporte	1.269,5	1.251,1	-	18,4	-1,4%	-	146,1	-10,5%			9.103,4	8.137,5			-966,0	-10,6%			-1.855,3	-18,0%		
2.4.2.5 Administração	942,6	1.042,7		100,1	10,6%		5,3	0,5%			5.899,1	5.963,2			64,2	1,1%			-473,1	-7,1%		
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	517,9	465,5	-	52,4	-10,1%	-	104,5	-18,3%			3.179,3	2.945,8			-233,5	-7,3%			-532,7	-14,8%		
2.4.2.7 Segurança Pública	336,2	451,2		115,0	34,2%		81,2	21,9%			3.018,8	3.046,6			27,8	0,9%			-259,2	-7,6%		
2.4.2.8 Assistência Social	512,9	672,1		159,2	31,0%		107,6	19,1%			2.522,2	2.539,6			17,4	0,7%			-237,2	-8,3%		
2.4.2.9 Demais	7.041,0	13.132,6		6.091,6	86,5%		5.383,2	69,5%			29.503,4	40.137,4			10.634,0	36,0%			7.945,3	23,8%		
Memorando:																						
3. TOTAL DAS DESP APURADAS PARA O RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (I+II)	207.567,6	198.611,2	-	8.956,3	-4,3%	-	29.839,7	-13,1%			2.209.579,0	1.966.115,0			-243.463,9	-11,0%			-450.833,3	-17,9%		
4. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	65.764,2	51.130,2	-	14.634,0	-22,3%	-	21.250,5	-29,4%			806.681,5	507.708,8			-298.972,6	-37,1%			-386.472,4	-42,1%		
4.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	32.211,0	42.585,5		10.374,5	32,2%		7.133,7	20,1%			285.512,0	385.267,5			99.755,5	34,9%			79.666,5	24,6%		
4.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	25.330,2	32.316,8		6.986,6	27,6%		4.438,1	15,9%			204.626,3	274.865,2			70.238,9	34,3%			56.091,4	24,1%		
4.1.2 Contribuição do Salário Educação	1.051,1	1.347,0		295,9	28,1%		190,1	16,4%			12.621,6	14.088,6			1.467,0	11,6%			460,8	3,2%		
4.1.3 Exploração de Recursos Naturais	2.953,8	4.104,9		1.151,1	39,0%		854,0	26,3%			35.630,6	56.307,0			20.676,3	58,0%			18.364,3	45,4%		
4.1.4 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-		690,0	444,0			-246,1	-35,7%			-320,8	-40,7%		
4.1.5 Demais	2.876,0	4.816,8		1.940,8	67,5%		1.651,5	52,2%			31.943,5	39.562,8			7.619,4	23,9%			5.070,8	14,0%		
IOF Ouro	5,8	8,3		2,6	44,7%		2,0	31,5%			61,8	77,6			15,8	25,6%			11,0	15,7%		
ITR	143,3	173,1		29,8	20,8%		15,4	9,8%			1.573,4	1.934,3			360,9	22,9%			208,8	11,8%		
FUNDEB (Complem. União)	713,4	2.572,9		1.859,5	260,7%		1.787,7	227,7%			15.003,5	22.033,4			7.029,9	46,9%			5.981,0	34,9%		

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal			Variação Real		Acumulado Jan-Dez		Variação Nominal		Variação Real			
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %		R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %		
Fundo Constitucional DF - FCDF	2.013,6	2.062,5	48,9	2,4%	-	153,7	-6,9%	15.304,8	15.517,6	212,8	1,4%	-1.130,0	-6,5%		
FCDF - OCC	253,3	255,1	1,8	0,7%	-	23,7	-8,5%	1.969,4	2.147,2	177,8	9,0%	10,4	0,5%		
FCDF - Pessoal	1.760,2	1.807,4	47,1	2,7%	-	130,0	-6,7%	13.335,4	13.370,3	35,0	0,3%	-1.140,4	-7,5%		
4.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	33.354,8	4.556,1	-	28.798,7	-86,3%	-	32.154,5	-87,6%	520.583,6	114.232,9	-406.350,6	-78,1%	-473.735,9	-79,8%	
d/q Créditos Extraordinários do Impacto Primário do FIES	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%		
4.3 Desp. não recorr. Just. eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	194,5	36,0	-	158,5	-81,5%	-	178,0	-83,2%	562,2	210,4	-351,8	-62,6%	-405,5	-64,6%	
4.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	77,8	26,2	-	51,6	-66,3%	-	59,4	-69,4%	375,5	152,2	-223,3	-59,5%	-260,2	-61,9%	
4.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	116,7	9,8	-	106,9	-91,6%	-	118,7	-92,4%	186,7	58,2	-128,5	-68,8%	-145,3	-70,3%	
4.4 Despesas com aum. de capital de emp. estatais não depend. (Inciso IV do § 6º)	3,9	3.952,6	3.948,7	-	3.948,3	-	23,7	7.998,0	7.974,3	-	8.002,4	-	-	-	
4.5 Cessão Onerosa (Inciso V do § 6º) 2/	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-	
5. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	141.803,4	147.481,0	5.677,7	4,0%	-	8.589,1	-5,5%	1.402.897,5	1.458.406,2	55.508,7	4,0%	-64.360,8	-4,0%	-	-

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.